

Monopólio da Brasal na polícia está ameaçado

Contrato termina no Natal e novo chefe de Polícia Civil decide fazer acordo de emergência com cinco empresas

Angelina Nunes e Carla Rocha

• A 15 dias do fim do contrato com a Brasal, que fornece alimentação para os presos em delegacias, o chefe de Polícia Civil, Álvaro Lins, anunciou ontem o fim do monopólio da empresa do Rei das Quentinhas, o empresário Jair Coelho. Ele se reúne hoje com a cúpula da Secretaria de Segurança Pública para definir a contratação em caráter de emergência de cinco novas empresas. A decisão foi tomada depois que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) adiou pela terceira vez a concorrência pública para escolher o novo fornecedor de quentinhas para 5.600 presos, o que representa R\$ 16 milhões anuais.

A Brasal já estava na corrida para participar da licitação juntamente com outras 39 empresas. Jair Coelho, que é fornecedor do estado há 14 anos, passou quase dois meses preso na Polinter e responde a processo por formação de quadrilha, falsidade ideológica e uso de documentos falsos. A denúncia foi encaminhada pelo Ministério Público estadual depois que uma série de reportagens do GLOBO revelou que o empresário operava no mercado paralelo de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) frios, que oferecia como garantia em seus contratos com o estado.

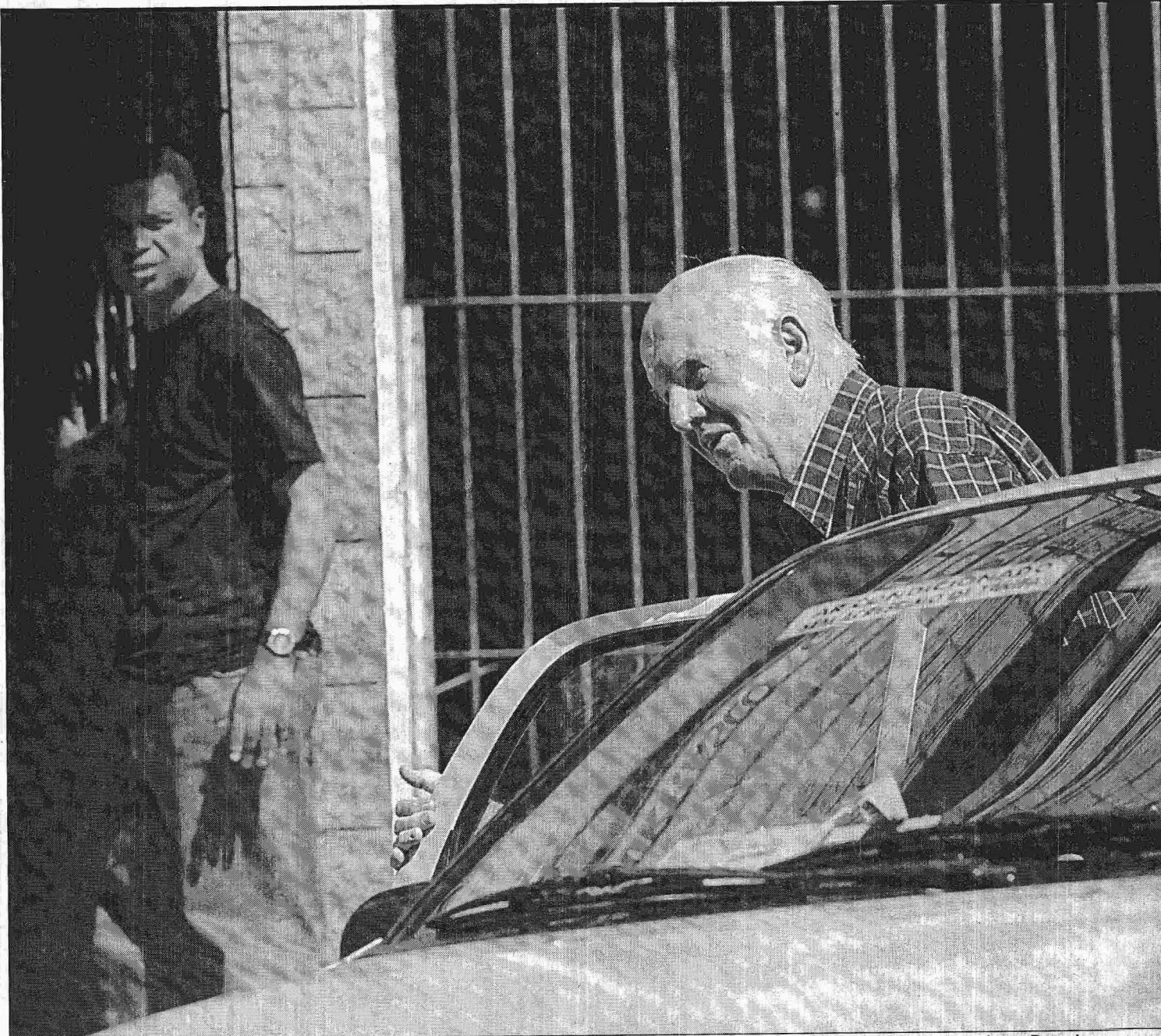
Além do uso de moeda-pobre, Coelho também mantinha vínculos com o ex-secretário de Justiça, Antônio Oliboni, do Governo Anthony Garotinho, que foi seu advogado e chegou a receber 3% sobre a venda de quentinhas para o estado. Após a revelação do GLOBO, Oliboni pediu demissão e foi denunciado por improbidade administrativa.

Preço da refeição foi reduzido a pedido do TCE

Na nova investida, a Brasal adquiriu o edital da licitação da Polícia Civil, que estipula o preço máximo das refeições em R\$ 7,85. O valor foi estipulado pelo próprio Tribunal de Contas do Estado, que fez pesquisa de mercado. Esse valor está abaixo do preço que a Brasal chegou a cobrar em janeiro: R\$ 9,15. Graças a oscilações de preços e a prestações de contas sem controle, a empresa chegou a faturar R\$ 5,6 milhões por mês, perfazendo R\$ 67,2 milhões por ano.

O anúncio do chefe de Polícia Civil acaba com um impasse que dominou a área administrativa da corporação ao longo da semana passada: prorrogar o contrato da Brasal ou contratar emergencialmente. O subsecretário de Polícia Civil, Gilberto de Almeida, garantia que a empresa não manteria o monopólio, mas não explicava quais alternativas estavam sendo estudadas.

A Brasal está sendo investi-



O EMPRESÁRIO JAIR Coelho sai do seu escritório, no Santo Cristo, de onde controla um império de 24 empresas, entre elas a Brasal

Saiba mais sobre o caso

- **A DENÚNCIA:** As primeiras denúncias contra a Brasal surgiram em abril, com a revelação de que o então secretário estadual de Justiça, Antônio Oliboni, havia sido advogado de Jair Coelho. Oliboni entregou o cargo após O GLOBO publicar um contrato, de 1996, em que Coelho se comprometia a pagar honorários advocatícios com percentuais do faturamento da venda de quentinhas para o estado.
- **TÍTULOS FRIOS:** Dias depois da demissão de Oliboni, O GLOBO publicou documentos revelando que a Brasal apresentara Títulos da Dívida Agrária (TDAs) frios como caução de seus con-

tratos com o estado. A denúncia foi apurada pelo procurador-geral do estado, Francesco Conte, que, em 2 de junho, recomendou ao Governo a quebra dos contratos com a Brasal.

- **O PROCESSO:** O empresário Jair Coelho e as sócias da Brasal respondem a processo proposto pelo Ministério Público, que os denunciou por uso de documento falso, falsidade ideológica e formação de quadrilha. A prisão preventiva dos réus foi decretada em 13 de julho e suspensão por liminar quatro dias depois.
- **A PRISÃO:** Neste intervalo, eles ficaram foragidos da Justiça. O empresário foi preso no início

de agosto, em Belém, ficando na carceragem da Polinter, de onde saiu no fim de setembro. As três sócias da Brasal tiveram a prisão relaxada e respondem ao processo em liberdade.

- **A INVESTIGAÇÃO:** O Ministério Público estadual investiga a relação de autoridades do Governo com o empresário Jair Coelho, suas empresas, seus sócios e laranjas. O empresário já compareceu ao MP estadual e se negou a prestar declarações. Um perito fiscal analisa ainda milhares de documentos de prestação de serviços. O Ministério Público federal, investiga ainda o crime de sonegação fiscal.

gada pelo Ministério Público estadual por superfaturamento e uso de TDAs frios. Apesar de a própria Procuradoria do Estado ter atestado em junho deste ano a fraude, recomendando a rescisão contratual e a declaração de inidoneidade, o secretário de Administração, Hugo Leal, limitou-se a aplicar uma advertência na Brasal, o que não a impede de voltar a concorrer.

Quando o TCE liberar o edital para que a concorrência seja realizada, a empresa poderá participar porque, legalmente, nada a impede até o fim do processo judicial.

Enquanto as investigações avançam no MP, onde estão sendo ouvidos até ex-secretários de estado, para apurar se houve favorecimento da empresa nos últimos anos, na administração pública, a Brasal está livre de obstáculos. Situação que poderá desencadear uma batalha judicial. Se a Brasal se apresentar na concorrência, o deputado Carlos Minc, do PT, vai recorrer:

— Vou entrar com uma ação civil pública para evitar esta aberração.

O Rei das Quentinhas continua à frente de um império de 24 empresas, em seu nome, de

parentes e "laranjas". Tudo rastreado pela Justiça. Em sua defesa, ele alega ser apenas consultor financeiro. Na tarde de quinta-feira passada, o empresário foi flagrado saindo do escritório da Brasal no bairro do Santo Cristo, onde continua a ir assiduamente.

Nova licitação só será possível em 90 dias

O TCE informou na semana passada que o edital tem grande chance de ser aprovado pelos conselheiros na votação que acontece hoje. Através de sua assessoria, o Tribunal observou que ainda haveria tem-

po de a Polícia Civil realizar a concorrência, marcada para amanhã.

Mas o presidente da Comissão de Licitação, Carlos Dantas, assegura que é impossível porque, ao receber o ofício do TCE sobre a suspensão do ato, o órgão imediatamente publicou a decisão no Diário Oficial. Segundo Dantas, uma nova convocação só poderá acontecer num prazo mínimo de 90 dias.

A cada adiamento, o TCE aponta uma imperfeição no edital. Primeiramente, achou alto o valor da refeição (que inclui café da manhã, almoço e

jantar), estipulado em R\$ 8,08. E propôs, depois de pesquisa de mercado, R\$ 7,85. A Polícia Civil, apesar de informar que estabeleceu o valor após pesquisar entre 29 empresas do ramo, acatou a sugestão.

O tribunal também não concordou que as empresas só pudessem se candidatar a no máximo quatro lotes — como queria o estado, já que a licitação é dividida em dez lotes. Isto também foi modificado e, agora, uma empresa pode monopolizar o fornecimento se apresentar o menor preço.

Secretaria de Justiça também fará licitação

Numa segunda apreciação do edital, o tribunal se deteve em outro ponto: o fornecimento seria prestação de serviço ou aquisição de bens? Dependendo da resposta, o perfil do negócio muda totalmente. A lei permite, de acordo com Dantas, que a prestação de serviço seja contratada por um ano e renovada por até cinco. Era isto que previa o edital. Passou a valer o termo "aquisição de bens", como quis o TCE, e o prazo do contrato é de um ano. Sem prorrogação.

Agora, os conselheiros querem que conste como será a prestação de serviço, se por empreitada, preço unitário ou preço global. Exigem ainda o detalhamento dos preços de cada item: café da manhã, almoço e jantar.

O advogado administrativo Luiz Paulo Viveiros de Castro, que acompanha as atividades da Brasal desde o início da década de 90, vê com desconfiança os adiamentos:

— Há um forte indício de favorecimento ilegal através de um conluio entre a Chefia de Polícia Civil e o TCE. Esta é uma velha tática em que se cria obstáculos para justificar procedimentos emergenciais e favorecer a Brasal.

Mas esta não será a única oportunidade de a Brasal se manter no fornecimento. Hoje, a Secretaria de Justiça, que contratou sete empresas em caráter emergencial, também lança edital para fornecimento de refeições a 20 mil presos, também dividido em lotes.

O MP continua investigando as denúncias que começaram a ser publicadas em abril deste ano. No inquérito civil, serão ouvidas cerca de 50 pessoas. Peritos contábeis estão analisando mais de 40 mil documentos para verificar se Coelho cobrava um número maior de refeições do que entregava. Há indícios de cobrança irregular, principalmente em delegacias do interior, em que a Brasal terceiriza o serviço.

Está sendo investigado ainda se autoridades responsáveis pelos contratos e delegados praticaram improbidade administrativa. ■

Marizilda Cruppe